

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

OBJETO: CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL DE POSSE DO MUNICÍPIO PARA FINS DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E SÓCIO-EDUCATIVAS PARA DESENVOLVER O TURISMO SUSTENTÁVEL.

**COMUNICADO AOS INTERESSADOS NA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES NA
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

INOBTANTE A PLENA VIABILIDADE DE AUTO APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 7º¹ DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, A PREFEITURA DE IPERÓ, POR MEIO DE SUA PREGOEIRA, TORNA PÚBLICO A QUEM POSSA INTERESSAR QUE NÃO EXITARÁ EM PENALIZAR OS PREGOANTES QUE DESCUMPRAM COM O PACTUADO NESTE EDITAL.

ENTRE AS PENALIDADES POSSÍVEIS, A PREFEITURA DE IPERÓ PODERÁ APLICAR ADVERTÊNCIAS, MULTAS, SUSPENDER E IMPEDIR EMPRESAS DE PARTICIPAREM DE CERTAMES LICITATÓRIOS, NOS TERMOS DO QUE LHE FACULTA A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

DESSA FORMA, A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES EDITALÍCIAS ACARRETERÁ SANÇÕES A TODOS QUE DE ALGUM MODO CONCORRAM PARA O DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS, SEM PREJUÍZO DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL E DAS DEMAIS COMUNICAÇÕES PERTINENTES.

POR ESSAS RAZÕES, SOLICITAMOS QUE OS PREGOANTES INTERESSADOS APRESENTEM PROPOSTAS E LANCES DE FORMA CONSCIENTE COM A CERTEZA DE QUE PODERÃO ENTREGAR O OBJETO DA FORMA CONSTANTE DO EDITAL E DENTRO DOS PRAZOS, PREÇOS E PADRÕES DE QUALIDADE EXIGIDOS.

LEMBRAMOS AINDA QUE OS PEDIDOS DE RECOMPOSIÇÃO OU REALINHAMENTO DE PREÇOS SÃO EXCEÇÕES À REGRA E APLICÁVEIS, EXCLUSIVAMENTE, EM SITUAÇÕES EXCEPCIONALÍSSIMAS E QUE SOMENTE SERÃO DEFERIDOS SE ESTIVEREM EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

POR FIM, RATIFICAMOS QUE É INDISPENSÁVEL E OBRIGATÓRIO QUE AS PROPOSTAS SEJAM EFETIVADAS DE FORMA SÉRIA, CONSCIENTE, FIRME, CONCRETA E EXEQUIVEL VISANDO EVITAR TRANSTORNOS DE MAIOR MONTA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AOS PREGOANTES EM GERAL.

Débora Alves Capitani

Pregoeira

¹ Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

EDITAL CONVOCATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

REQUISITANTE: SECRETÁRIA DE MEIO RURAL, AMBIENTE E TURISMO

OBJETO: CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL DE POSSE DO MUNICÍPIO PARA FINS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E SÓCIO-EDUCATIVAS PARA DESENVOLVER O TURISMO SUSTENTÁVEL.

TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR OFERTA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR NÚMERO DE HORAS ANUAIS DE ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCACIONAIS, TURÍSTICAS E/OU RECREATIVAS OFERTADAS INDIVIDUALMENTE AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, IDOSOS QUE INTEGREM OS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS OU DEMAIS MUNICÍPIOS INDICADOS PELAS SECRETARIAS DE MEIO RURAL AMBIENTE E TURISMO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, CUJO CRONOGRAMA, FORMA DE DISPONIBILIDADE, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES SERÃO DETERMINADAS EM CONTRATO ADMINISTRATIVO

DATA DA REALIZAÇÃO: 28/6/2016

HORÁRIO: 14 horas e 30 minutos

LOCAL: Avenida Santa Cruz nº 355, Jardim Santa Cruz – Iperó/SP - Paço Municipal

1. PREÂMBULO

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ** torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MAIOR OFERTA** e com julgamento pelo **MAIOR NÚMERO DE HORAS ANUAIS DE ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCACIONAIS, TURÍSTICAS E/OU RECREATIVAS OFERTADAS INDIVIDUALMENTE AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, IDOSOS QUE INTEGREM OS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS OU DEMAIS MUNICÍPIOS INDICADOS PELAS SECRETARIAS DE MEIO RURAL AMBIENTE E TURISMO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, CUJO CRONOGRAMA, FORMA DE DISPONIBILIDADE, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES SERÃO DETERMINADAS EM CONTRATO ADMINISTRATIVO** para a Concessão de Uso de Imóvel de Posse do Município para fins de desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e sócio-educativas para desenvolver o turismo sustentável a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Municipais nº 619/2005, 886/2009 e 984/2010. Serão aplicadas de forma subsidiária no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (e suas alterações) e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.2. Os documentos relativos ao **CREDENCIAMENTO** e aos **ENVELOPES Nº 1 - PROPOSTA e Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO** serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame **com início às 14 horas e 30 minutos no dia 28 de junho de 2016** e com a condução dos trabalhos pelo pregoeiro e equipe de apoio.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e respectivos anexos que dele fazem parte integrante deste edital.

1.4. Integram o presente edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta Padrão;

Anexo III - Secretaria Requisitante;

Anexo IV - Minuta do Contrato de Concessão;

Anexo V - Modelo de Declaração com o Ministério do Trabalho;

Anexo VI - Declaração de Pleno Atendimento dos Requisitos da Habilitação;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

Anexo VIII - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo IX - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo X - Modelo de Visita Técnica

Anexo XI - Lei Complementar nº 129/2016.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL DE POSSE DO MUNICÍPIO PARA FINS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E SÓCIO-EDUCATIVAS PARA DESENVOLVER O TURISMO SUSTENTÁVEL**, conforme especificações constantes do Termo de Referência constante do anexo I.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame licitatório todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que preencherem as condições de credenciamento, habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômica, por meio dos documentos relacionados e constantes deste edital.

3.2. Será vedada a participação:

3.2.1. De empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/93;

3.2.2. De empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a (o) Prefeitura Municipal de Iperó, nos termos do artigo 87, III da Lei Federal nº 8.666/93 (e posteriores alterações);

3.2.3. De quem estiver em processo de concordata ou falência;

3.2.4. Sob a forma de consórcio.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Todos os licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por intermédio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo o original da carteira de identidade ou outro documento equivalente, conforme anexo VIII deste edital.

4.2. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

4.2.1. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de empresa licitante, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores.

4.2.2. Instrumento público ou particular de procuração com poderes para formular ofertas, negociar preços, interpor recursos ou deles desistir e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante, com prazo de validade em vigor e acompanhado dos documentos elencados no item 5.2.1 e dos documentos de eleição dos seus administradores.

4.3. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação com foto.

4.4. Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.5. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

4.6. A ausência de credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo em caso de autorização expressa do Pregoeiro.

4.7. O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do **MAIOR NÚMERO DE HORAS ANUAIS DE ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCACIONAIS, TURÍSTICAS E/OU RECREATIVAS OFERTADAS INDIVIDUALMENTE AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, IDOSOS QUE INTEGREM OS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS OU DEMAIS MUNÍCIPIES INDICADOS PELAS SECRETARIAS DE MEIO RURAL AMBIENTE E TURISMO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, CUJO CRONOGRAMA, FORMA DE DISPONIBILIDADE, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES SERÃO DETERMINADAS EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.**

4.8. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

4.9. Em seguida proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, em envelopes separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

ENVELOPE Nº 1

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL / CNPJ

ENVELOPE Nº 2

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL / CNPJ

5. DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada **fora** dos **ENVELOPES Nº 1 e 2**, de acordo com modelo estabelecido no anexo IV deste edital;

5.2. A declaração de microempresa ou empresas de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), deverá ser apresentada **fora** dos **ENVELOPES Nº 1 e 2**, conforme modelo estabelecido no anexo VIII deste edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. Deverão estar consignados na proposta:

6.1.1. Dados Cadastrais contendo nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;

6.1.2. Indicação do número do Processo e do Pregão Presencial;

6.1.3. Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com o Termo de Referência deste edital;

6.1.4. Preço total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, bem como, com a inclusão, além do lucro, de todas as despesas e custos, inclusive, custos com transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a realização do objeto da presente licitação;

6.1.5. Prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação da proposta.

6.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste edital.

6.3. O percentual ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

6.4. A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e dos termos da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber, e demais normas suplementares aplicáveis.

6.5. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, digitadas por meio mecânico ou eletrônico, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

7. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. Para efeitos de habilitação, todos os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos constantes deste item e conforme abaixo relacionados.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 28 da Lei Federal 8.666/93):

7.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (em caso de sociedades comerciais) ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (em caso de sociedades civis), acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou de prova da diretoria em exercício;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3. Os documentos relacionados no item 7.2. não precisarão constar do **ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO** quando tiverem sido apresentados para o **CREDENCIAMENTO** neste pregão.

7.4. REGULARIDADE FISCAL (Art. 29 da Lei Federal 8.666/93):

7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.4.2. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da instituição, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

7.4.3. Certidão de regularidade fiscal das Fazendas Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da República), Estadual e Municipal da sede da licitante emitidas pelos órgãos arrecadadores, atinentes à atividade da licitante, ou, outra prova equivalente, na forma da lei;

7.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.4.5. Certidão de regularidade relativa ao Sistema de Seguridade Social (INSS) - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.5. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do termo da ata de registro de preços, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014).

7.5.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de dois dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Iperó, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, bem como, para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.5.3. Caso a regularização da documentação não seja efetivada no prazo previsto no subitem 7.5.2, o licitante decairá de seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e convocando-se os licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/02.

7.5.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento posterior ao julgamento das propostas e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014) deverão apresentar, também, declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresas de pequeno porte (conforme o caso) nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que querem exercer a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços.

7.5.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar no envelope de habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal, todavia, apresentada a declaração constante no item 7.5.4., eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de

preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma Lei Complementar 123/06 (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014).

7.6. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO - FINANCEIRA (Art. 31 da Lei 8.666/93):

7.6.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor de sua sede da pessoa jurídica, datada de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de apresentação da proposta;

7.6.2. Declaração da licitante de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos moldes do anexo V;

7.6.3. Declaração de concordância com os todos termos do edital, nos moldes do anexo VI;

7.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30 da Lei 8.666/93)

7.7.1. Atestado de Visita Técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Iperó, comprovando que a licitante inteirou-se de todas as condições e peculiaridades dos serviços e de que tem pleno conhecimento das condições necessárias à realização dos serviços, conforme anexo X.

7.7.2. A visita técnica será agendada pela Prefeitura Municipal de Iperó, no Departamento de Licitações, Avenida Santa Cruz, nº 355, Jardim Santa Cruz, Iperó/SP, ou pelo telefone (15) 3459-9999, ramal 236, no horário de funcionamento desta municipalidade.

7.7.3. A visita técnica deverá ser efetuada pelo representante legal designado pela empresa que deverá estar devidamente credenciado com carta em papel timbrado da empresa, assinada por um do(s) representante(s) legal(is) e, em se tratando de sócio proprietário, o credenciamento se dará por meio do contrato social, sendo que a documentação apresentada ficará de posse da Prefeitura.

7.8. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.8.1. É facultada as licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste edital, pelo comprovante de Certificado de Registro Cadastral (CRC) para participar de licitações junto à Administração Direta do Município de Iperó, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos subitens 7.2; 7.4 e 7.7 deste item 7, que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou, se apresentados, estejam com os respectivos prazos de validade vencidos na data de apresentação das propostas.

7.8.2. O registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 7.4 e 7.8.1 deste item 7, devendo ser apresentados por todos os licitantes.

7.8.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.8.4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

7.8.5. A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do licitante;

7.8.6. O Pregoeiro e/ou a Equipe de Apoio diligenciarão efetuando consulta na Internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

7.8.7. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes que desejarem.

7.8.8. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Paço Municipal de Iperó, após a publicação da homologação.

8. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1. A sessão de processamento do pregão será aberta no horário e local indicado no preâmbulo, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e com duração mínima de 30 (trinta) minutos.

8.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação, conforme anexo VI deste edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

8.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame, não sendo permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste pregão.

8.4. A análise das propostas pelo pregoeiro visará à verificação do atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, em especial, as que tenham objeto que não atendam as especificações, prazos e condições fixados no edital e as que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

8.4.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros e tomando-se como corretos os preços unitários, sendo que as eventuais correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.4.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.5. O julgamento será feito pelo **MAIOR NÚMERO DE HORAS ANUAIS DE ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCACIONAIS, TURÍSTICAS E/OU RECREATIVAS OFERTADAS INDIVIDUALMENTE AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, IDOSOS QUE INTEGREM OS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS OU DEMAIS MUNÍCIPIES INDICADOS PELAS SECRETARIAS DE MEIO RURAL AMBIENTE E TURISMO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, CUJO CRONOGRAMA, FORMA DE DISPONIBILIDADE, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES SERÃO DETERMINADAS EM CONTRATO ADMINISTRATIVO** considerando o tipo de atividade a ser explorada e o número de pessoas beneficiadas para fins de manutenção e desenvolvimento de projetos sociais, esportivos, turísticos, culturais e/ou ecológicos aprovados pelo Município durante a vigência da concessão;

8.6. O pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de **MAIOR NÚMERO DE HORAS ANUAIS DE ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCACIONAIS, TURÍSTICAS E/OU RECREATIVAS OFERTADAS INDIVIDUALMENTE AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, IDOSOS QUE INTEGREM OS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS OU DEMAIS MUNÍCIPIES INDICADOS PELA SECRETARIAS DE MEIO RURAL AMBIENTE E TURISMO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente ao de **MAIOR NÚMERO DE HORAS ANUAIS DE ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCACIONAIS, TURÍSTICAS E/OU RECREATIVAS OFERTADAS INDIVIDUALMENTE AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, IDOSOS QUE INTEGREM OS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS OU DEMAIS MUNÍCIPIES INDICADOS PELA SECRETARIAS DE MEIO RURAL AMBIENTE E TURISMO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.**

8.7. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as menores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam as oferecidas nas propostas escritas.

8.8. No caso de empate nos preços, serão admitidas para a etapa seguinte, todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.9. Classificadas as propostas e uma vez iniciada a etapa competitiva, o pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas de forma sequencial a apresentar lances verbais, a partir da licitante classificada, detentora da proposta de maior oferta e as demais, em ordem decrescente de preços ofertados, decidindo-se a ordem por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.10. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados e, assim sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.

8.11. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de **1 (uma) hora**, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

8.11.1. Havendo empate, será assegurada a preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte.

8.11.2. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor oferta.

8.12. A etapa de lances será considerada encerrada quando todas as licitantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.12.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances sob pena de preclusão.

8.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.14. Considerada aceitável o **MAIOR NÚMERO DE HORAS DE ATIVIDADES OFERTADAS**, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação.

8.15. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de maior percentual com vistas ao aumento da oferta.

8.16. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do **MAIOR NÚMERO DE HORAS DE ATIVIDADES OFERTADAS**, decidindo motivadamente a respeito.

8.17. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.18. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o **ENVELOPE Nº 2**, contendo os documentos de **HABILITAÇÃO** da empresa.

8.19. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no **ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO**, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão.

8.20. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta/documentação.

8.20.1. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de **HABILITAÇÃO** poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do pregão e até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante a substituição e apresentação de documentos ou a verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.20.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico deverão ser anexados aos autos, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.20.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação, sendo que, caso ocorra essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.21. Constatado o atendimento dos requisitos de **HABILITAÇÃO** previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.22. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

9.1. Com antecedência superior a dois dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão.

9.2. As impugnações devem ser protocoladas na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ** e dirigidas ao subscritor deste edital que decidirá no prazo de 1 (um) dia anterior à data fixada para o recebimento das propostas.

9.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9.2.2. Não serão aceitos esclarecimentos, providências ou impugnações pelos meios postal, eletrônico ou via fac-símile.

9.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9.4. Em face dos atos do Pregoeiro caberá recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias.

9.4.1. O prazo começará a fluir a partir da declaração do vencedor para a apresentação das razões por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, no mesmo prazo, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.4.2. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

9.4.3. As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra, junto ao Setor de Protocolo, no endereço indicado no preâmbulo do presente edital, em dias úteis, no período compreendido entre 9 e 16 horas, sob pena de configurar-se a desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.

9.4.4. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.4.5. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

9.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura do contrato de concessão de uso.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de contrato, cuja minuta integra este edital como anexo IV.

10.1.1. O contrato será formalizado, com observância das disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993 e será subscrito pela autoridade competente.

10.2. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional e da Fazenda Municipal, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.3. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a licitante será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 10.2, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de não se efetivar a contratação.

10.4. A adjudicatária deverá, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da convocação, comparecer a sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ** para assinar o termo de contrato.

10.5. Quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 10.3, ou se recusar a celebrar a contratação, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública com vistas a celebração da contratação.

10.5.1. A sessão será realizada em prazo não inferior a 8 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E.).

10.5.2. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 7 e 8 deste edital.

10.6. A concessão de uso do imóvel deverá ter início em **até 60 (sessenta) dias**, a contar da data de assinatura do contrato, ficando a empresa vencedora responsável pela manutenção do espaço, inclusive, no que se refere a ocupações irregulares e clandestinas.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das obrigações constantes em cláusulas próprias do contrato de concessão e do edital e respectivos anexos, em especial as definidas nos diplomas federais e municipais sobre as licitações, caberá a **CONTRATADA**:

11.1.1 Designar, por escrito, o funcionário responsável para resoluções de eventuais ocorrências durante a execução deste contrato, relativos aos recebimentos dos bens adquiridos;

11.1.2. Zelar pela fiel execução do contrato de concessão, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

11.1.3. Responder pelos encargos trabalhista, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.1.4. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observações realizadas pela **CONTRATANTE**.

11.1.5. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

11.1.6. Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;

11.1.7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e constantes do termo de referência (anexo I);

11.1.8. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela fiscalização dos serviços.

11.9. Após decorridos **18 (dezoito) meses** da assinatura do contrato de concessão, responsabilizar-se pela manutenção da área concedida, exceto do prédio da antiga Oficina de Solda de Trilhos em que será desenvolvido projeto específico da **CONTRATANTE**;

11.1.10. Divulgar a parceria com a **CONTRATANTE** nas publicidades voltadas ao desenvolvimento turístico relacionado a área objeto da concessão.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste contrato, caberá ao **CONTRATANTE**:

12.1.1. Indicar os alunos da rede municipal de ensino que serão beneficiados com os projetos sócio-educacionais a ser desenvolvidos pela **CONTRATADA**;

12.1.2. Esclarecer eventuais dúvidas da empresa com relação ao serviço;

12.1.3. Designar, por escrito, o funcionário responsável pela resolução de eventuais ocorrências envolvendo a execução do contrato;

12.1.4. Fiscalizar a execução do contrato;

12.1.5. Responsabilizar-se pela manutenção do imóvel pelo prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, período após o qual a responsabilidade recairá sobre a contratada;

12.1.6. Divulgar a parceria com a empresa **CONTRATADA** nas publicidades voltadas ao desenvolvimento turístico relacionado a área objeto da concessão.

13. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

13.1. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ** poderá:

13.1.1. No caso de se tratar de irregularidade relativa à especificação, rejeitar no todo ou em parte o objeto e determinar sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis;

13.1.1.2. Na hipótese de substituição, a empresa deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração e no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito e com a manutenção do preço inicialmente contratado;

13.1.2. No caso de irregularidade decorrente da diferença de quantidade ou de partes, poderá a Administração determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis;

13.1.2.1. Na hipótese de complementação, a empresa deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração e no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito e desde que mantido o preço inicialmente contratado.

14. DA CONTRAPARTIDA E DOS PRAZOS

14.1. Para fins de comprovação do atendimento da contrapartida social indicada na proposta, a Concessionária apresentará relatório semestral para análise da Secretaria de Meio Rural, Ambiente e Turismo em conjunto com a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes visando certificar o desenvolvimento de projetos sociais, esportivos, turísticos, culturais e/ou ecológicos aprovados pelo Município.

14.2. A não observância do disposto no item anterior implicará na aplicação das penalidades contratuais e legais, inclusive, com a possibilidade de rescisão do contrato de concessão.

15. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

15.1. O não cumprimento das condições estabelecidas neste edital, e ainda, a prática de qualquer transgressão contratual por parte da licitante vencedora, sujeitará a mesma às seguintes sanções:

15.1.1. Advertência por escrito;

15.1.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso e/ou por transgressão cometida, percentual aplicado ao valor do contrato, até limite de 10% (dez por cento) desse mesmo valor;

15.1.3. Excedido o limite de 10% (dez por cento), a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ** poderá rescindir unilateralmente o contrato e suspender a licitante vencedora de seu cadastro de fornecedores, sem prejuízo da multa acima prevista e sem renúncia das providências legais cabíveis.

15.2. Poderá ainda ser aplicada a licitante vencedora às demais sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.3. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Iperó, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

15.4. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Lei Federal 8.666/93.

15.5. Na aplicação das penalidades deverá ser garantido o exercício do contraditório e da ampla defesa.

15.6. As sanções aplicadas deverão ser registradas no CRC da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ**.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidades entre as licitantes e, desde que, não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2. Das sessões públicas de processamento do pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

17.2.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

17.3. O resultado do presente certame será divulgado no D.O.E., assim como, todos os demais atos pertinentes a esta licitação e que forem passíveis de divulgação.

17.4. Os casos omissos do presente pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

17.5. Os interessados que desejarem cópia integral deste edital e seus anexos poderão retirá-los, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ**, no horário de expediente das 8 às 16 horas e até o último dia útil que antecede a data de abertura da Licitação.

17.6. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ** poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar no todo ou em parte a presente licitação.

17.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Boituva-SP.

Iperó, 15 de junho de 2016.

Joyce Helen Simão
Secretária de Planejamento e Desenvolvimento
e Presidente da CPL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016 – PROCESSO Nº 30/2016

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Pregão, na forma presencial, é a **CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL DE POSSE DO MUNICÍPIO PARA FINS DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E SÓCIO-EDUCATIVAS PARA DESENVOLVER O TURISMO SUSTENTÁVEL**, conforme descrito anexo;

2. SITUAÇÃO FÍSICA DA ÁREA

2.1. A área localiza-se nas imediações da antiga Oficina de Solda de Trilhos contendo metragem de 61.344,90m², conforme Contrato de Cessão firmado com América Latina Logística (NBP 41.0348) anexo e que envolve área não construída, exceto o prédio da antiga Oficina de Solda de Trilhos.

3. USO DA ÁREA

3.1. A Concessionária utilizará a área licitada exclusivamente para exploração da atividade prevista na Lei Complementar nº 129/2016.

3.2. A Concessionária, durante todo o período da concessão, se comprometerá a explorar o imóvel, nos limites a ser estabelecidos, exclusivamente para o desenvolvimento de atividades comerciais inerentes ao ramo do turismo sustentável;

3.3. A área objeto da presente licitação será entregue a Concessionária nas condições que se encontra, sendo que as adequações necessárias à exploração do ramo de atividade objeto desta licitação deverão ser submetidas à aprovação da Prefeitura, mediante projeto em três vias, correndo as despesas decorrentes por conta da Concessionária;

3.4. Eventuais licenciamentos ambientais, autorizações prévias, aprovação de projetos pelo Corpo de Bombeiros, concessionárias de energia e saneamento, entre outros serão de responsabilidade exclusiva da Concessionária;

3.5. A Concessionária se responsabilizará por todas as despesas inerentes a concessão do imóvel e deverá executar e finalizar as adequações necessárias, bem como, iniciar o desenvolvimento das atividades no local pelo prazo de até **60 (sessenta) dias**, a contar da assinatura do contrato;

3.6. A Concessionária para atingir os objetivos da concessão de uso poderá permitir o uso do espaço por terceiros, inclusive com a sublocação do espaço, desde que o faça com prévia autorização da municipalidade por meio da Secretaria competente, vedadas atividades que sejam consideradas inadequadas ou não condizentes com o objeto desta licitação;

3.7. A exploração comercial do imóvel correrá por conta e risco da Concessionária, inclusive, no caso de permissão de uso do espaço por terceiros para que os objetivos da concessão possam ser alcançados;

3.8. Concordar expressamente com a incorporação ao patrimônio municipal de todas as benfeitorias realizadas no imóvel, findo o prazo da concessão, e sem que tenha direito a qualquer indenização;

3.9. Autorizar e facilitar o acompanhamento e fiscalização do Município das atividades desenvolvidas e condições do imóvel objeto da concessão;

3.10. A Concessionária se obrigará a preservar e manter o imóvel em bom estado de conservação após decorridos 18 (dezoito) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, sendo que antes desse prazo a manutenção ficará sobre a responsabilidade da Prefeitura para viabilizar a instalação e início do funcionamento da empresa, bem como, em razão do tamanho da área a ser concedida;

3.11. A Concessionária dará início as operações no local em até 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato de concessão;

4. CONTRAPARTIDAS

4.1. Pela exploração de atividades comerciais a Concessionária deverá apresentar contrapartida consistente no **MAIOR NÚMERO DE HORAS ANUAIS DE ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCACIONAIS, TURÍSTICAS E/OU RECREATIVAS OFERTADAS INDIVIDUALMENTE AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, IDOSOS QUE INTEGREM OS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS OU DEMAIS MUNICÍPIES INDICADOS PELAS SECRETARIAS DE MEIO RURAL AMBIENTE E TURISMO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, CUJO CRONOGRAMA, FORMA DE DISPONIBILIDADE, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES SERÃO DETERMINADAS EM CONTRATO ADMINISTRATIVO.**

Joyce Helen Simão
Secretária de Planejamento e Desenvolvimento
e Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Iperó
Av. Santa Cruz, 355 - CEP 18560-000 - Iperó/SP - T: 15 3459.9999 - www.ipero.sp.gov.br

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA PADRÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016 – PROCESSO Nº 79/2016

Razão Social			
CNPJ			
Inscrição Municipal			
Endereço			
Cidade			
CEP			
Telefone		Fax	

NÚMERO DE HORAS ANUAIS DE _____ (_____) HORAS DE ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCACIONAIS, TURÍSTICAS E/OU RECREATIVAS OFERTADAS INDIVIDUALMENTE AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, IDOSOS QUE INTEGREM OS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS OU DEMAIS MUNÍCIPIES INDICADOS PELA SECRETARIAS DE MEIO RURAL AMBIENTE E TURISMO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, CUJO CRONOGRAMA, FORMA DE DISPONIBILIDADE, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES SERÃO DETERMINADAS EM CONTRATO ADMINISTRATIVO

TIPO DE ATIVIDADE A SER EXPLORADA NO RAMO DO TURISMO SUSTENTÁVEL:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

PRAZO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES NO LOCAL: _____ MESES

Nome do Signatário: _____

RG: _____ CPF: _____

(Cidade), (Dia) de (Mês) de 2016.

(Assinatura + Carimbo da empresa proponente contendo CNPJ)

ANEXO III – SECRETARIA REQUISITANTE

PROCESSO Nº 79/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

DATA DA SESSÃO: 28/6/2016

HORÁRIO: 14 horas e 30 minutos

LOCAL: Avenida Santa Cruz, nº 355, Jardim Santa Cruz – Iperó/SP - Paço Municipal

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria de Meio Rural, Ambiente e Turismo

PRAZO DE CONCESSÃO: 20 (vinte) anos, permitida a sua prorrogação por mais 10 (dez) anos por acordo entre as partes.

Iperó, 15 de junho de 2016.

Joyce Helen Simão
Secretária de Planejamento e Desenvolvimento
Presidente da CPL

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO Nº 79/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

Pelo presente instrumento, de um lado **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ**, inscrita no CNPJ sob nº 46.634.085/0001-60, com sede na Avenida Santa Cruz, nº 355, Iperó/SP, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade/ RG nº _____, com endereço no Paço Municipal, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua/ Avenida _____, nº _____, Bairro _____, no município de _____/_____, neste ato por seu representante legal, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade/ RG nº _____, com endereço na sede da empresa, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em razão da licitação na modalidade Pregão sob nº 30/2016, celebram o presente contrato com fundamento no Edital de Licitação, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993 (com suas alterações posteriores), nos Decretos Municipais nº 619/2005, 889/2009, 984/2010 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como considerando as cláusulas a seguir elencadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a **CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL DE POSSE DO MUNICÍPIO PARA FINS DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E SÓCIO-EDUCATIVAS PARA DESENVOLVER O TURISMO SUSTENTÁVEL**, conforme Termo de Referência constante do anexo I e da proposta apresentada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. A execução das atividades constantes deste Contrato terá início em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste Contrato.

2.2. A **CONTRATADA** assume a responsabilidade exclusiva de utilização de pessoal necessário à execução deste Contrato, inclusive, no que se refere aos encargos trabalhistas e previdenciários, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a **CONTRATANTE**.

2.2.1. Serviços extraordinários que, no decorrer da execução deste contrato, vierem a ser necessários e que não estiverem previstos no Termo de Referência, serão submetidos a apreciação da **CONTRATANTE** para a eventual autorização.

2.2.2. A **CONTRATADA** não poderá sublocar, os serviços objeto deste Contrato no seu todo, sendo permitido apenas a sublocação parcial e, desde que, assuma a responsabilidade por sua execução nos moldes descritos pela **CONTRATANTE**.

2.3. Dar-se por completa a presente licitação quando a **CONTRATADA** completar totalmente a execução dos serviços objeto deste Contrato.

2.4. Na execução deste Contrato, a **CONTRATADA** deverá observar a legislação federal, estadual e municipal pertinentes, bem como, garantir o pagamento de todas as despesas de sua responsabilidade, inclusive, encargos trabalhistas, tributário e securitário incidente sobre o objeto contratado.

2.5. Não será exigida a prestação de garantia para a execução deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a **CONTRATANTE** poderá:

3.1.1. No caso de se tratar de irregularidade relativa à especificação, rejeitar no todo ou em parte o objeto e determinar sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis;

3.1.1.2. Na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da **CONTRATANTE** e, no prazo máximo, de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito e com a manutenção do preço inicialmente contratado;

3.1.2. No caso de irregularidade decorrente da diferença de quantidade ou de partes, poderá a **CONTRATANTE** determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis;

3.1.2.1. Na hipótese de complementação, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da **CONTRATANTE** e, no prazo máximo, de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito e desde que mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. Pela execução integral do objeto constante do presente Contrato, a **CONTRATADA** disponibilizará _____ **HORAS ANUAIS DE ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCACIONAIS, TURÍSTICAS E/OU RECREATIVAS OFERTADAS INDIVIDUALMENTE AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA, IDOSOS QUE INTEGREM OS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS OU DEMAIS MUNÍCIPIES INDICADOS PELA SECRETARIAS DE MEIO RURAL AMBIENTE E TURISMO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, CUJO CRONOGRAMA, FORMA DE DISPONIBILIDADE, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES**, conforme projeto anexo a este contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRAPARTIDA E DOS PRAZOS

5.1. Para fins de comprovação do atendimento da contrapartida social indicada na proposta, a Concessionária apresentará relatório semestral para análise da Secretaria de Meio Rural, Ambiente e Turismo em conjunto com a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes visando certificar o desenvolvimento de projetos sociais, esportivos, turísticos, culturais e/ou ecológicos aprovados pelo Município.

5.2. A não observância do disposto no item anterior implicará na aplicação das penalidades contratuais e legais, inclusive, com a possibilidade de rescisão do contrato de concessão.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6. O presente contrato terá vigência de **20 (vinte) anos**, permitida a sua prorrogação por mais 10 (dez) anos por acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 Além das obrigações constantes de Cláusulas próprias deste Contrato e do Edital e respectivos anexos, em especial, as definidas na legislação vigente, a **CONTRATADA** fica obrigada a:

7.1.1. Designar, por escrito, o funcionário responsável para resoluções de eventuais ocorrências durante a execução deste contrato, relativos aos recebimentos dos bens adquiridos;

7.1.2. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

7.1.3. Responder pelos encargos trabalhista, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.1.4. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observações realizadas pela **CONTRATANTE**.

7.1.5. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.1.6. Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;

7.1.7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e constantes do termo de referência (anexo I);

7.1.8. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela fiscalização dos serviços;

7.9. Após decorridos **18 (dezoito) meses** da assinatura do contrato de concessão, responsabilizar-se pela manutenção da área concedida, exceto do prédio da antiga Oficina de Solda de Trilhos em que será desenvolvido projeto específico da **CONTRATANTE**;

7.1.10. Divulgar a parceria com a **CONTRATANTE** nas publicidades voltadas ao desenvolvimento turístico relacionado a área objeto da concessão.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste contrato, caberá ao **CONTRATANTE**:

8.1.1. Indicar os alunos da rede municipal de ensino que serão beneficiados com os projetos sócio-educacionais a ser desenvolvidos pela **CONTRATADA**;

8.1.2. Esclarecer eventuais dúvidas da empresa com relação ao serviço;

8.1.3. Designar, por escrito, o funcionário responsável pela resolução de eventuais ocorrências envolvendo a execução do contrato;

8.1.4. Fiscalizar a execução do contrato.

8.1.5. Responsabilizar-se pela manutenção do imóvel pelo prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, período após o qual a responsabilidade recairá sobre a contratada;

8.1.6. Divulgar a parceria com a empresa **CONTRATADA** nas publicidades voltadas ao desenvolvimento turístico relacionado a área objeto da concessão.

CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFÊRENCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

9. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder e/ ou transferir, de forma integral, o objeto deste Contrato, sob pena de incidir nas sanções previstas neste contrato e na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ADITAMENTO OU SUPRESSÃO DO OBJETO CONTRATADO

10.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que forem necessários a execução dos serviços objeto deste Contrato.

10.2. À critério exclusivo da **CONTRATANTE** o preço previsto neste Contrato poderá ser aditado ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do disposto no §1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 (e posteriores alterações) e demais §§.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. O não cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato e no Edital de Licitação, e ainda, a prática de qualquer transgressão contratual por parte da **CONTRATADA** poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência por escrito;

11.1.2. Multa de Mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso e/ou por transgressão cometida, percentual aplicado sobre o valor deste Contrato, até limite de 10% (dez por cento) desse mesmo valor, conforme artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/1993 (e posteriores alterações); e/ou

11.1.3. Multa Compensatória de até 10%, nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 (e posteriores alterações).

11.1.4. Excedido o limite de 10% (dez por cento), a **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato e suspender a licitante vencedora de seu cadastro de fornecedores, sem prejuízo da multa acima prevista e sem renúncia das providências legais cabíveis.

11.2. Poderão ainda ser aplicadas a licitante vencedora às demais sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11.3. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Iperó, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

11.4. A sanção de que trata o item 11.3. poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Lei Federal 8.666/93.

11.5. Na aplicação das penalidades deverá ser garantido o exercício do contraditório e da ampla defesa.

11.6. As sanções aplicadas deverão ser registradas no CRC da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

12.2. Constituem motivos para rescisão do contrato o descumprimento das cláusulas contratuais, seu cumprimento irregular e ainda aqueles previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 (e posteriores alterações).

12.3. A rescisão deste Contrato poderá se dar por:

12.3.1. Ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 (e posteriores alterações);

12.3.2. De forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

12.3.3. Por decisão judicial, nos termos da legislação vigente.

12.4. A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarretará as consequências previstas no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções constantes da legislação, do edital e deste Contrato.

12.5. A **CONTRATADA** reconhece, desde já, os direitos da **CONTRATANTE**, nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 (e posteriores alterações) e no artigo 77 da Lei Estadual nº 6.544/89.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes consideram parte integrante deste Contrato, o Edital de Pregão nº 30/2016, o Termo de Referência e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

13.2. No caso de eventuais omissões aplicam-se a este Contrato as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/2002, na Lei Federal nº 8.666/1993 (com as posteriores alterações), nos Decretos Municipais nº 619/2005, 886/2009 e 984/2010, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis a espécie.

13.3. As partes elegem o foro da Comarca de Boituva, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato que não forem resolvidas na esfera administrativa.

Iperó, XX de XXXXXX de 2016.

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

CONTRADADA
EMPRESA XXXXX

Testemunhas:

TESTEMUNHA 1

NOME:

C.I./R.G.

TESTEMUNHA 2

NOME:

C.I./R.G.

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

MODELO (em papel timbrado da empresa)

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016**, da Prefeitura Municipal de Iperó, declaro sob as penas da lei, que, nos termos do parágrafo 6º, do artigo 27, da Lei nº 6544, de 22 de novembro de 1989, a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério de Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

Local, ____ de _____ de 2016.

**Representante legal
(com carimbo da empresa)**

ANEXO VI

**MODELO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL
(Declaração de Pleno Atendimento dos Requisitos da Habilitação)**

PROCESSO Nº 79/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016** que tem como objeto a **CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL DE POSSE DO MUNICÍPIO PARA FINS DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E SÓCIO-EDUCATIVAS PARA DESENVOLVER O TURISMO SUSTENTÁVEL**, conforme edital expedido pela Prefeitura Municipal de Iperó, DECLARO sob as penas da Lei que a EMPRESA (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXX, atende a todos os requisitos solicitados no presente edital e respectivos anexos, em especial, no que se refere à sua habilitação.

_____, ____ de _____ de 2016.

**Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo da Empresa)**

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

MODELO (em papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A/C Comissão de Licitações

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob nº XXXX, com endereço na Rua/ Avenida XXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXX, na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, neste ato representada pelo seu (NOME REPRESENTANTE LEGAL/ SÓCIO/ PROCURADOR), DECLARA SOB AS PENAS DA LEI, para fins de participação no processo de licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016**, que não foi declarada INIDÔNEA e que não está SUSPENSA de participar de processos de licitação e/ou IMPEDIDA de contratar com a Prefeitura Municipal de Iperó-SP.

A empresa se COMPROMETE, desde já, a comunicar a Administração Municipal a ocorrência de FATOS SUPERVENIENTES.

Por se esta a expressão da verdade, firma o presente.

Local, ____ de _____ de 2016.

Razão Social da Empresa

Nome do Representante Legal/ Sócio/ Procurador

Cargo do Representante Legal/ Sócio/ Procurador

Documento de Identidade nº

Prefeitura Municipal de Iperó

Av. Santa Cruz, 355 - CEP 18560-000 - Iperó/SP - T: 15 3459.9999 - www.ipero.sp.gov.br

ANEXO VIII
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 79/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob nº XXXX, com endereço na Rua/ Avenida XXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXX, na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, neste ato representada pelo seu XXXX, pela presente CARTA DE CREDENCIAMENTO, DESIGNA o Sr.(a). _____, portador (a) da Cédula de Identidade/ RG nº _____ como REPRESENTANTE CREDENCIADO para responder por esta empresa junto a esta Municipalidade, em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, habilitação, classificação e interposição de recursos, relativamente à documentação de habilitação e às propostas apresentadas para fins de participação na licitação em referência.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Responsável pela Empresa

Assinatura do Representante Designado

ANEXO IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARAÇÃO

PROCESSO Nº 79/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ sob nº _____ é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (e suas alterações posteriores).

DECLARO ainda conhecer a legislação federal citada em sua integralidade e que a empresa está apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016**, realizado pelo Município de Iperó, Estado de São Paulo.

Local e Data.

Representante da Empresa:

C.I./ R.G. nº

ANEXO X - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Processo nº 79/2016

Pregão Presencial nº 30/2016

Em atendimento às exigências do Edital de Pregão Presencial nº 30/2016, DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ com sede na Rua/Avenida _____, nesta data realizou visita e vistoria no local objeto da concessão de uso, conforme constante do Anexo do Edital, tendo pleno conhecimento das obrigações e deveres exigidos.

_____, _____ de _____ de 2016.

RESPONSÁVEL DA PROPONENTE:

ASSINATURA: _____

NOME: _____

QUALIFICAÇÃO: _____

IDENTIDADE: _____

PELA PREFEITURA:

ASSINATURA: _____

(Carimbo)